



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

Processo n.º: 00600-00006452/2022-41-e

Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF

Assunto: Representação

Ementa: Representação oriunda da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, versando sobre potencial descumprimento das Decisões TCDF n.ºs 4.792/2021 e 165/2022 por parte da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, ao se manifestar de forma desfavorável à mitigação da cláusula de barreira no Concurso para Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, objeto do Edital n.º 01/2016. Decisão n.º 3.369/2022: conhecimento da exordial; orientação à PCDF de que esta Corte de Contas entende razoável a adoção de atos administrativos que formalizem a convocação de todos os candidatos aprovados em 1ª Fase para a realização de um novo curso de formação, com a consequente produção de resultado final específico relativo ao referido curso, resultado esse que não poderá interferir ou se comunicar com o do concurso já homologado (excetuando-se as situações alcançadas por decisões judiciais específicas), observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária para tal consolidação, além do disposto no art. 37, inciso IV, da Constituição Federal; determinação à PCDF que informe as providências adotadas em relação ao novel Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016; esclarecimento ao signatário da representação que a competência final para deliberar sobre concurso público no âmbito administrativo pertence a esta Corte de Contas e não à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF. Decisão n.º 5.152/2022: considerou não cumprida a Decisão n.º 3.369/2022, haja vista o parecer da PGDF e a recomendação do MPDFT não terem o condão de afastar deliberação desta Corte de Contas e por não vincularem a atuação deste TCDF; reiterou a Decisão n.º 3.369/2022, notificando esta Corte de Contas sobre as medidas alvitadas. Manifestação da PCDF, informando ausência de disponibilidade financeira para a realização do curso de formação. **Nesta fase:** exame do atendimento das determinações plenárias. Sefipe/TCDF propõe considerar cumpridas as Decisões n.ºs 3369 e 5152/2022, ante a ausência de disponibilidade financeira da jurisdicionada. Parecer ministerial divergente, no sentido de diligenciar a PCDF, tendo em conta as informações prestadas pertencerem a programação orçamentária do exercício de 2022. VOTO em parcial harmonia com a Sefipe/TCDF, acolhendo a divergência do *Parquet* especial.

RELATÓRIO

Os presentes autos foram constituídos para tratar de petição encaminhada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, intitulada de “*Reclamação*” (e-DOC B04109AB-c, peça 4 e anexos), versando sobre suposto descumprimento das Decisões TCDF n.ºs 4.792/2021 e 165/2022 por parte da d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, ao se manifestar de forma desfavorável à mitigação da cláusula de barreira no Concurso para Perito Criminal da Polícia Civil do DF, objeto do Edital n.º 1/2016, mediante Parecer Jurídico n.º 284/2022 PGDF/PGCONS/CHEFIA, do Gabinete dos Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral do Consultivo vinculado à PGDF, datado de 23.05.2022 (e-DOC 0DFC4693-c, peça 1).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

Nas últimas oportunidades em que se manifestou nestes autos, o Plenário desta Corte proferiu as Decisões n.ºs 3.369/2022 (e-DOC 1D2D0D2B-e, peça 13) e 5.152/2022 (e-DOC 2B49993A-e, peça 33), com o seguinte teor:

Decisão n.º 3.369/2022¹

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do documento intitulado ‘Reclamação’ (e-DOC B04109ABc, peça 4) como representação, por cumprir os requisitos exigidos pelo art. 230, §§ 1º e 2º do RI/TCDF; II – orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de que esta Corte de Contas entende razoável a adoção de atos administrativos que formalizem a convocação de todos os candidatos aprovados em 1ª Fase para a realização de um novo curso de formação, devendo ser produzido resultado final específico relativo ao referido curso, resultado esse que não poderá interferir ou se comunicar com o do concurso já homologado (excetuando-se as situações alcançadas por decisões judiciais específicas), observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária para tal consolidação, além do disposto no art. 37, inciso IV, da Constituição Federal; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal as providências adotadas em relação ao novel Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016, tendo em vista as controvérsias já suscitadas no caso concreto; IV – esclarecer ao signatário da representação que a competência final para deliberar sobre concurso público no âmbito administrativo pertence a esta Corte de Contas e não à Procuradoria-Geral do distrito Federal - PGDF. Tal atribuição, não é demais destacar, advém do próprio texto constitucional e, por paralelismo, da Lei Orgânica do Distrito Federal; V – autorizar: a) o envio da Informação nº 110/2022 - DIFIPE3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, bem como à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 152, VI, do RI/TCDF”

Decisão n.º 5.152/2022²

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da documentação carreada aos autos; II – considerar não cumprida a Decisão n.º 3.369/2022 (eDOC 1D2D0D2B-e, Peça nº 13), haja vista o parecer da PGDF e a recomendação do MPDFT não terem o condão de afastar deliberação desta Corte de Contas e por não vincularem a atuação deste TCDF; III – reiterar a Decisão n.º 3.369/2022 (e-DOC 1D2D0D2B-e, Peça nº 13), concedendo, desta feita, o prazo de 5 (cinco) dias para a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF dar cumprimento ao decisum, notificando esta Corte de Contas sobre as medidas alvitradas; IV – autorizar: a) o envio do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, destinatária da deliberação exarada, e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, signatária da exordial; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção

¹ Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e ANDRÉ CLEMENTE. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

² Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e ANDRÉ CLEMENTE. Participaram o Auditor VINICIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO e o representante do MPJTCD, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 152, VI, do RI/TCDF.”

Em atendimento ao último *decisum*, a jurisdicionada encaminhou o Ofício n.º 1276/2022-PCDF/DGPC/ASS (e-DOC F31AD81C-c, peças 39 e anexos).

Examina-se, nesta fase, o atendimento das determinações transcritas alhures.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A Sefipe/TCDF, por meio da Informação n.º 18/2023 – 3ª Difipe (e-DOC FACC99F8-e, peça 50), analisou o feito nestes termos:

“(…) Manifestação da PCDF

7. A Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento a essa deliberação, encaminhou o Ofício nº 1276/2022-PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 39/48). No expediente, a jurisdicionada entende, ‘com a devida vênia, que cumpriu rigorosamente a Decisão nº 3369/2022, haja vista que a PCDF adotou uma série de providências, no bojo do processo SEI-GDF nº 00052-00005811/2022-88, no sentido de viabilizar um novo Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016’.

8. Para comprovar a observância à determinação do Tribunal, expôs os atos executados pela PCDF, dos quais alguns merecem destaque.

9. O órgão relatou: ‘I - A Delegacia-Geral expediu a Ordem de Serviço nº 03, de 07 de março de 2022 (SEIGDF nº 81461033), para que se pudesse verificar as condições de se flexibilizar a cláusula de barreira, como por exemplo, as disponibilidades financeira e orçamentária, o interesse público na convocação para um novo Curso de Formação de candidatos aprovados na primeira etapa do concurso e considerados eliminados por força da cláusula de barreira’. 10. A referida Ordem de Serviço nº 03, de 07 de março de 2022 foi encaminhada:

• à Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, para informar:

→ sobre a possibilidade de retificação dos editais em andamento, visando a retirar a condição de eliminados dos candidatos aprovados em todas as fases da primeira etapa, mas que não foram convocados para a matrícula no curso de formação, bem como não replicar a referida regra nos próximos certames;

→ sobre a quantidade de candidatos aprovados em todas as fases da primeira etapa do concurso público regido pelo Edital nº 01/2016, mas que foram eliminados do certame em decorrência da cláusula de barreira estabelecida no item 20.4 do edital;

→ se há candidatos aprovados que realizaram todas as fases do certame, mas que não foram nomeados porque excederam o número de vagas para provimento e formação de cadastro de reserva, tendo o IADES4 informado que há 84 (oitenta e quatro) candidatos aptos para realizar um novo curso de formação;

• ao Departamento de Polícia Técnica - DPT para informar se o quadro de Peritos Criminais é suficiente para atender a atual demanda de exames periciais experimentada pelo Departamento e, em caso de ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

deficitário, qual o impacto esperado a partir da nomeação de candidatos vinculados ao concurso público regido pelo Edital nº 01/2016;

- ao Departamento de Gestão de Pessoas - DGP para informar o número de servidores ocupantes do cargo de Perito Criminal, o total de cargos existentes e o de cargos vagos;
- ao Departamento de Administração Geral – DAG para informar se há disponibilidades financeira e orçamentária para realizar o curso de formação.

11. O Departamento de Polícia Técnica – DPT/PCDF, por meio do Instituto de Criminalística – IC, apresentou relatório demonstrando o impacto positivo quanto à nomeação de candidatos vinculados ao referido concurso, visto que os esforços atuais para suprir a demanda têm se mostrado insuficientes. Assim, quanto ‘à expectativa de entrada de cerca de 80 (oitenta) novos Peritos Criminais, considera-se um salto de qualidade nos serviços prestados pelo Instituto de Criminalística’.

12. O DPT/PCDF também apresentou um panorama acerca do atual quadro de Peritos Criminais, afirmando ao final que ‘o atual quadro de Peritos Criminais é insuficiente para atender a atual demanda de exames periciais experimentada pelo Departamento de Polícia Técnica da PCDF, ao tempo em que a nomeação de candidatos vinculados ao concurso público regido pelo Edital nº 01/2016 mostra-se fundamental à manutenção e, sobretudo, à evolução dos procedimentos e atendimentos periciais prestados...’ (negrito no original).

13. A ESPC/PCDF apresentou a Manifestação nº 6066 (peça 39, fls. 4/5), opinando de forma contrária à flexibilização da cláusula de barreira do Edital nº 01/2016-PCDF.

14. No mesmo expediente, a PCDF informou também que:

- o Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/PCDF apresentou que, dos 400 cargos existentes de Perito Criminal, 234 estão ocupados e 166 estão vagos;
- o custo para realização de um novo curso de formação é o seguinte:

Tipo do custo	Valor (R\$)	Fonte
Realização do curso de formação	1.107.398,12	IADES
Treinamento operacional	73.807,50	ESPC/PCDF
Bolsa auxílio	2.137.652,83	DGP/PCDF
TOTAL	3.318.858,45	

- o Departamento de Administração Geral - DAG/PCDF declarou que, da despesa relativa a eventual realização do curso de formação e pagamento de bolsa auxílio para os candidatos, no valor total de R\$ 3.318.858,45, na programação orçamentária da Unidade Orçamentária - UO 24.105 - Polícia Civil do Distrito Federal do exercício de 2022, havia disponíveis apenas R\$ 400.000,00, sendo necessária suplementação de R\$ 2.918.858,45.

15. Relata ainda a PCDF que ‘visando à contratação do IADES para a realização do novo Curso de Formação Profissional, e em atendimento às decisões do TCDF, a Assessoria da Delegacia-Geral elaborou a Nota Técnica nº 52/2022 afastando as questões impeditivas apontadas pela ESPC/PCDF e manifestando pela viabilidade da contratação direta do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

IADES' e que a Delegacia-Geral acolheu a referida nota e 'encaminhou o processo para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1990.

16. Pondera ainda que a PGDF não recomendou a convocação dos candidatos remanescentes do concurso público, a menos que seja alterada a Decisão Monocrática do STF no RE 1.330.817-DF, apresentando as conclusões do Parecer Jurídico nº 284/2022-PGDF/PGCONS/CHEFIA.

17. Na sequência, a PCDF argumenta que 'realizou todos os atos pertinentes a sua competência administrativa com escopo de viabilizar a flexibilização da cláusula de barreira e promover a contratação da empresa para realizar um novo Curso de Formação. Todavia, não conseguiu ainda superar a inviabilidade jurídica indicada pela PGDF para ultimar a contratação do IADES, a fim de realizar o novo Curso de Formação'.

18. Por fim, a PCDF conclui:

'Para além das questões indicadas pela PGDF e o MPDFT, atualmente a PCDF não possui disponibilidade orçamentária para contratar a empresa para promover o curso de formação, conforme consta na informação prestada pelo DAG/PCDF (SEI-GDF nº 102117787):

(...)

II - Em resposta ao despacho 102065972, informo que não há disponibilidade orçamentária-financeira no presente exercício de 2022, para custear as despesas relativas à contratação de banca, pagamento de bolsa auxílio para os candidatos, bem como para aquisição de material de consumo, no valor total de R\$ 3.318.858,45 (três milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), visando a tencionada realização do curso de formação de que trata a Ordem de Serviço nº 03, de 03 de março de 2022 (81461033).

(...)

Nos termos das decisões do TCDF, a cláusula de barreira somente poderá ser flexibilizada se verificadas as disponibilidades financeira e orçamentária. No atual exercício financeiro, resta prejudicada a adoção de novas providências por parte desta jurisdicionada objetivando superar os obstáculos apontados alhures.

Desse modo, considera-se que a Polícia Civil do Distrito Federal adotou as providências existentes no rol de sua competência em relação à execução de um novo Curso de Formação Profissional no concurso público regido pelo Edital nº 01/2016.

Portanto, Ex.mo Sr. Conselheiro Presidente, com a máxima vênha entende-se que a Decisão nº 3369/2022 foi devidamente cumprida com a adoção das providências acima relatadas.

Outrossim, para melhor compreensão e fiel cumprimento da r. decisão proferida por essa Corte de Contas, concernente à matéria em questão, impõe-se que esse Tribunal de Contas esclareça a esta jurisdicionada se o dispositivo resultante do decisum, efetivamente determina que a PCDF contrate a empresa organizadora para a realização de novo curso de formação para os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso, mas considerados eliminados por força da cláusula de barreira' (sublinhou-se - negrito no original).

ANÁLISE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

19. Diante de todas as informações relatadas, não se faz necessário divagar a respeito do tema. As justificativas externadas pela Polícia Civil do DF demonstram que, para além das discussões a respeito da viabilidade jurídica de flexibilização da cláusula de barreira, uma questão maior se vislumbra decisiva de forma a inviabilizar a convocação de candidatos para um novo curso de formação: a **ausência de disponibilidade financeira** para a realização do processo, orçado pela Administração em R\$ 3.318.858,45.

20. Em consonância com o relatado pelo órgão, a Informação Técnica n.º 7/2022 - PCDF/DGPC/DAG/DOF (peça 45) deu conta de que 'não há mais as disponibilidades orçamentárias no presente exercício, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), então existentes nos programas de Trabalho 06.128.8217.8517.0184 - Manutenção de serviços administrativos gerais - Polícia Civil do DF - Banca Examinadora - Distrito Federal e 28.846.0001.9106.0008 - Auxílio financeiro a candidato em curso de formação da Polícia Civil do Distrito Federal - Distrito Federal, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa da Unidade Orçamentária 24.105'.

21. O referido Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD da jurisdicionada também foi anexado (peça 44), referente a dezembro de 2022, comprovando o alegado.

22. Diante da série de providências adotadas no sentido de alcançar a convocação de candidatos do concurso regido pelo Edital nº 01/2016 – PCDF, tencionando a formação de um novo curso de formação, bem como porque a Decisão nº 3369/2022 não ensejou imposição nesse sentido, entende-se por pertinentes as justificativas apresentadas pela PCDF, afastada a possibilidade de inércia administrativa e atendida a Decisão nº 3369/2022. Outrossim, considerando as justificativas apresentadas, também a Decisão nº 5152/2022 restou cumprida.

23. Cumpre, ademais, informar que decisões semelhantes à 3369/2022 (Decisões nos 3822/2022, 4903/2022 e Decisão Liminar nº 05/2023 – P/AT, prolatadas no âmbito do Processo nº 00600-00007420/2022-62-e) estão suspensas em função de concessão de tutela provisória de urgência na Ação Civil Pública nº 0700219- 43.2023.8.07.0018, promovida pelo MPDFT, em trâmite no TJDF.

24. Por fim, ressalta-se que a Consultoria Jurídica da Presidência comunicou (peça 48) que a PGDF solicitou informações a respeito dos presentes autos e do Processo nº 00600-00010814/2021-17, em razão da Ação Civil Pública nº 0719066- 30.2022.8.07.0018, também movida pelo MPDFT, o que foi atendido por meio do Ofício nº 01/2023-CJP (peça 47). Dos presentes autos, foram encaminhadas as mencionadas Decisões nos 3369/2022 e 5152/2022, com os respectivos Relatórios e Votos.

PROPOSIÇÕES

Diante do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento do Ofício n.º 1276/2022 - PCDF/DGPC/ASS, de peça 39 e anexos de peças 40 a 46, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;

II. considerar cumpridas as Decisões n. os 3369/2022 e 5152/2022, tendo em vista os esclarecimentos prestados, em especial a ausência de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

disponibilidade financeira da jurisdicionada para a convocação de candidatos do concurso regido pelo Edital n.º 01/2016 – PCDF, visando à realização de curso de formação;

III. autorizar:

a) o envio da decisão que vier a ser proferida à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF e à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, para ciência;

b) o arquivamento dos autos.” (Grifos originais)

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTDF, mediante o Parecer n.º 257/2023 – G4P/ML (e-DOC 67D07856-e, peça 53), opina em divergência, nestes termos:

*“(…) 13. Prefacialmente, o MPC/DF destaca que possui **entendimento** divergente daquele trazido pelo Corpo Técnico, por avaliar que, no presente momento, a realização de nova diligência é medida que se melhor adéqua ao curso processual. (…)*

*15. O tema de fundo constante desse feito é **sensível** e demanda **temperamento** na sua avaliação. A cláusula de barreira, em mais de uma oportunidade, como mencionado pelo Corpo Técnico neste feito, já foi **relativizada** pelo Tribunal, a fim de que o **interesse público prevalecesse** e candidatos então eliminados em concursos públicos pudessem participar das etapas seguintes dos certames.*

16. No entanto, como este Tribunal tem observado, tanto o Ministério Público comum como Poder Judiciário têm se manifestado em sentido contrário, respectivamente, ora oferecendo recomendações para que tal cláusula não seja relativizada, ora decidindo pela suspensão de decisões emanadas desta Casa, que em certa medida, tinham esse desiderato.

*17. Pois bem. Sobre a matéria, além da Recomendação feita pelo MPDFT à PCDF, conforme salientado pela Instrução, vale mencionar que tramita a Ação Civil Pública nº 0700219-43.2023.8.07.0018, promovida pelo **Parquet** comum perante o e. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**, em desfavor do Distrito Federal e do TCDF, visando obter concessão de tutela de urgência para **suspender** os efeitos das Decisões nº 3.822/2022³ e 4.903/2022⁴ e da Decisão Liminar*

³ Nota de rodapé original n.º 1: “I – tomar conhecimento do Ofício nº 1670/2022 – SEJUS/GAB e anexos (peça 1); II – notificar a SEJUS/DF de que, atento aos princípios da vantajosidade, economicidade, razoabilidade e do interesse público, o Tribunal reconhece como legais os atos que flexibilizam cláusula de barreira de edital de concurso público, sem óbice de que o gestor público convoque candidatos para curso de formação, verificadas as disponibilidades financeira e orçamentária, presente o interesse da instituição, limitada às suas reais e prementes necessidades, não podendo resultar dessa convocação comunicação de ou interferência em curso ou concurso já homologado, ressalvadas as decisões judiciais, sem embargos à observação do prazo de validade do certame, conforme precedentes da Corte e, ainda, com fundamento no artigo 28 do Decreto Federal nº 9.739/19 e na Lei nº 6.166/18; III – determinar à SEJUS/DF que notifique o Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das providências para a realização do curso de formação; IV – autorizar: a) o encaminhamento do relatório/voto do Relator e desta decisão à SEJUS/DF; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para fins de arquivamento”.

⁴ Nota de rodapé original n.º 2: “I. tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 2277/2022/PGJ/MPDFT, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que encaminha o Ofício n.º 573/2022 – 5ª PRODEP/MPDFT e a Recomendação n.º 07/2022- PRODEP (peça 13); b) do Ofício n.º 2650/2022-SEJUS/GAB (peça 16), da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, e anexos (peças 17/28); c) do expediente juntado como peça 29; II. considerar não cumprida a Decisão n.º 3.822/2022 (e-DOC 4506D629-e, peça 10), haja vista o parecer da PGDF e a recomendação do MPDFT não terem o condão de afastar deliberação desta Corte de Contas e por não vincularem a atuação deste TCDF; III. reiterar a Decisão n.º 3.822/2022 (e-DOC 4506D629-e, peça 10), concedendo, desta feita, o prazo de 5 (cinco) dias para a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Distrito Federal - Sejus dar cumprimento ao decisum, noticiando esta Corte das medidas alvitradas; IV. autorizar: a) o encaminhamento de cópia da declaração de voto e desta decisão à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF, para atendimento do feito, e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

nº 5/2023 – P/AT, todas proferidas por esta Corte de Contas em feitos distintos do que ora se examina.

18. Naqueles autos judiciais, foi deferida a tutela provisória de urgência⁵, conforme pleiteado pelo MPDFT, para suspender os efeitos das deliberações supracitadas deste Tribunal que visavam, no entender daquele Juízo, flexibilizar a cláusula de barreira em prejuízo dos 'princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade, da eficiência e da proporcionalidade, bem como desconsideram fatos precedentes judiciais do Colendo TJDF e do Plenário do Egrégio STF' (grifos acrescidos).

19. Neste ponto, é de bom alvitre repisar que, no julgamento do RE nº 635.739/AL⁶, sob a égide da repercussão geral, o Tribunal Pleno do c. **STF** assentou o que se segue:

'Recurso Extraordinário. Repercussão Geral.

2. Concurso Público. Edital. **Cláusulas de Barreira**. Alegação de violação aos arts. 5º caput, e 37, inciso I, da Constituição Federal.

3. **Regras restritivas em editais de concurso público**, quando fundadas em **critérios objetivos** relacionados ao desempenho meritório do candidato, **não ferem o princípio da isonomia**.

4. **As cláusulas de barreira em concurso público, para seleção dos candidatos mais bem classificados, têm amparo constitucional**.

5. **Recurso extraordinário provido.**' (Grifos acrescidos).

20. Não se discute, portanto, a **constitucionalidade** da cláusula de barreira, mas sim a possibilidade de que ela, **quando empregada de maneira inadequada**, finde por prejudicar a própria Administração e, conseqüentemente, afrontar o interesse público.

21. Volvendo a análise especificamente acerca do Edital n.º 1/2016, que regula o concurso público para o cargo de Perito Criminal da PCDF, esta Corte de Contas exarou as Decisões n.ºs 4.792/2021 e 165/2022 (ambas do Processo n.º 00600-00010814/2021-17-e), as quais **ratificaram** o entendimento no âmbito desta Casa no sentido de reconhecer a **regularidade na flexibilização da cláusula de barreira**, desde que satisfeitos, entre outros, os seguintes **requisitos**: i) **interesse público**; ii) **dotação orçamentária**; iii) **candidatos aprovados** que realizaram **todas** as fases do certame; e iv) **não se tenha esgotado o prazo de validade do concurso**.

22. Na última deliberação nestes autos, ao considerar que a jurisdicionada **descumpriu** os termos da **Decisão n.º 3.369/2022**, o TCDF acatou à unanimidade os termos do Voto do i. Conselheiro-Relator (condutor da **Decisão nº 5.152/2022**), no qual foi utilizada como **ratio decidendi** situação análoga enfrentada por esta Corte no bojo do 00600-00007420/2022- 62, que culminou na prolação da indigitada **Decisão**

ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para providências que entender pertinentes; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para os devidos fins. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi acompanhado pelo Conselheiro ANDRÉ CLEMENTE”

⁵ Nota de rodapé original n.º 3: Consulta em: <https://pje-consultapublica.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=483f5573b400e132e4514c3a26d3bb9445dd3908c215c3a637358af1215e16952ffcbb794e9d2ba58383629ecbca11b27f88d3d03d39d0f>. Acesso em: 27/2/2023.

⁶ Nota de rodapé original n.º 4: STF. RE 635739/AL. Tribunal Pleno. Ministro Relator Gilmar Mendes. Julgado em 19/2/2014. Dje de 3/10/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

nº 4.903/2022, cujos **efeitos foram suspensos** pela **c. Corte de Justiça**, na forma anteriormente explicitada.

23. Feitas essas considerações, a despeito da celeuma sobre o tema, fato é que o cumprimento dos termos da Decisão nº 3.369/2022 pela PCDF é, **de forma incontroversa, dependente da previsão orçamentária** para sua consecução, conforme registrado **in fine** no item II do referido **Decisum**: '(...) observado o interesse público e a **disponibilidade orçamentária** para tal consolidação, além do disposto no art. 37, inciso IV, da Constituição Federal' (grifos acrescidos), em reverência ao **princípio da especificidade orçamentária**, segundo o qual as despesas devem estar discriminadas na Lei Orçamentária Anual – LOA com a devida demonstração da origem e aplicação dos recursos disponibilizados.

24. Nesse espeque, dos trechos mais acima destacados e das informações encaminhadas pela jurisdicionada, verifica-se que a PCDF **demonstrou que não se quedou inerte ante as determinações plenárias contidas na Decisão nº 3.369/2022** (reiterada pela Decisão nº 5.152/2022), máxime em razão das medidas por ela adotadas no bojo do Processo SEI-GDF nº 00052-00005811/2022-88, que visavam à realização de novo Curso de Formação de candidatos aprovados na primeira etapa do certame e considerados eliminados em razão da cláusula de barreira, a exemplo da Ordem de Serviço nº 3, de 7/3/2022, que foi encaminhada a diversos órgãos internos com o desiderato de verificar a existência das condições necessárias para sua efetivação.

25. Dentre tais órgãos internos da PCDF, destaca-se que a Divisão de Orçamento e Finanças – DOF informou que o montante necessário para arcar com a despesa referente a eventual realização do curso de formação em tela perfaz o montante de **R\$ 3.318.858,45**; contudo, esclarece que, na programação orçamentária prevista para o **exercício de 2022**, somente havia a **disponibilidade de R\$ 400.000,00**, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD apresentado pela jurisdicionada, culminando na **necessidade de suplementação na ordem de R\$ 2.918.858,45**, o que figuraria como **óbice ao cumprimento da deliberação da Corte**. É bem verdade que **não foi apresentada informação orçamentária por parte da jurisdicionada para que o referido curso fosse realizado em 2023**.

26. É sabido que, em razão da **anualidade do orçamento**, uma limitação de natureza orçamentária ocorrida em determinado exercício não necessariamente se repetirá no ano seguinte; do mesmo modo, ainda que se repita, é perfeitamente **possível, factível**, e até certo ponto **corriqueiro**, que alterações de índole orçamentária sejam implementadas a fim de se fazer frente às demandas da Administração, **in casu**, agravadas diante da **reconhecida necessidade de recomposição do quadro de Peritos Criminais**, a teor da afirmação do DPT/PCDF de que referido quadro se mostra **'insuficiente** para atender a atual demanda de exames periciais experimentada pelo Departamento de Polícia Técnica da PCDF', sendo 'a nomeação de candidatos vinculados ao concurso público regido pelo Edital nº 01/2016 (...) fundamental à manutenção e, sobretudo, à evolução dos procedimentos e atendimentos periciais prestados'.

27. Desse modo, novos esclarecimentos acerca do interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação, bem como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

sobre a validade do concurso e a disponibilidade orçamentária no exercício de 2023 para a realização do novo curso de formação podem ser exigidos pela Corte, especialmente porque a PCDF elenca como motivo determinante para não relativizar a cláusula de barreira objurgada não apenas a manifestação da PGDF e do MPDFT, mas também a ausência de dotação orçamentária para assim proceder.

28. Insta reforçar que **competete ao TCDF**, no exercício do seu mister constitucional, avaliar a legalidade das admissões de servidores no âmbito do Distrito Federal, competência esta que, evidentemente, alcança os procedimentos prévios ao ingresso dos agentes públicos, mormente aqueles alusivos aos concursos públicos. **In casu, não se discute a existência de Decisão colegiada do TCDF, órgão constitucionalmente imbuído de apreciar a legalidade das admissões no âmbito da Administração distrital, relativizando a aplicação da cláusula de barreira a fim de se alcançar o interesse público. Do mesmo modo, tem sido evidenciada resistência da PCDF em assim proceder.**

29. Malgrado a Pasta tenha trazido a informação de indisponibilidade orçamentária para a realização do curso de formação, avalia o MPC/DF que **não se trata de óbice intransponível**, mormente diante da possibilidade de serem feitos, como acima ventilado, remanejamentos no âmbito da Administração para a atender à necessidade do Órgão.

30. Com efeito, caso a jurisdicionada, no âmbito do seu **Poder Discricionário**, decidida por não avançar na realização de novo curso de formação, **deverá arcar com as consequências dessa conduta**, comportamento este que também estará sujeito à avaliação do Controle Externo.

31. Por derradeiro, a título ilustrativo, rememore-se que, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0711311-77.2020.8.07.0000 no âmbito do e. **TJDFT**, foi decretada a **inconstitucionalidade** da Lei nº 6.488/2020, cujo conteúdo era o seguinte:

‘O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, é acrescida do art. 16-A com a seguinte redação:

Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.’

32. Eis a ementa do julgado pelo c. **Conselho Especial da e. Corte**:

‘AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL Nº 6.488/2020 QUE ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI DISTRITAL Nº 4.949/2012. VAGAS E REGRAS PARA APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENHOR GOVERNADOR PARA A INICIATIVA DE LEIS QUE DISPONHAM SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, SEU



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

REGIME JURÍDICO E O PROVIMENTO DE CARGOS. VÍCIOS FORMAL E MATERIAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Procedência da alegação de **inconstitucionalidade formal** a contaminar toda a Lei Distrital nº 6.488, de 2.534, de 14/01/2020, porque é da iniciativa de **deputado distrital**, quando, de acordo com o artigo 71, § 1º inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reclama projeto de lei da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Ao ampliar o universo de vagas nos concursos públicos, tornando classificados ('não eliminados' na letra da lei) os candidatos 'que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas', a lei impugnada está dispondo sobre o ingresso de servidores públicos do Distrito Federal, sobre o provimento por eles de cargos. Compete privativamente ao Senhor Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis que disponham sobre os servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico e o provimento de cargos. A sanção pelo Chefe do Poder Executivo não implica convalidação do vício original de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa do processo legislativo, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADI 2442/RS) e deste Tribunal de Justiça (ADI 2017002008970-7). **A lei impugnada mostra-se, também, materialmente inconstitucional, já que desconsidera princípios que regem a administração pública e o próprio princípio da vinculação ao edital (princípio implícito decorrente diretamente do art. 19, II, da LODF), criando novos critérios de aprovação e classificação e prevendo, inclusive, a sua aplicação imediata aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.** Julgado procedente o pedido e declarada, com efeitos ex tunc e eficácia erga omnes, a inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 6.488, de 14/01/2020.' (ADI nº 07113117720208070000, **Conselho Especial**, Rel. Des. **Mario Machado**, DJe de 26/9/2020)

33. Ocorre que, ao apreciar a matéria no julgamento do RE 1.330.817/DF, o e. **Supremo Tribunal Federal**, em que pese tenha restado **afastada a inconstitucionalidade formal** da Lei nº 6.488/2020, **manteve a inconstitucionalidade material** quanto à aplicabilidade do art. 2º da Lei Distrital nº 6.488/2020, o qual 'somente pode incidir sobre os certames cujo edital não disponha de forma diversa, tendo as regras editalícias prevalência sobre posterior alteração legislativa'. Interposto Agravo Regimental, a c. **Segunda Turma desproveu** o recurso manejado (DJe de 15/3/2023), prevalecendo, portanto, o entendimento do em. Min. Relator no sentido de que **as disposições da novel legislação sobre cláusula de barreira não prevalecem sobre editais já publicados que disponham de maneira diversa.**

34. Desta feita, avalia o Ministério Público de Contas que as justificativas apresentadas pela PCDF para demonstrar o cumprimento da Decisão nº 3.369/2022 **demandam esclarecimentos adicionais** relativos ao **interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação, bem como sobre a disponibilidade orçamentária para a sua realização em 2023 e acerca da validade do concurso**, o que exige diligência à PCDF para que os apresente ao TCDF no prazo de **15 (quinze) dias.**

35. **Ex positis**, este membro do **Parquet** especial **sugere** a realização de diligência consoante o disposto no parágrafo anterior." (Grifos originais)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

VOTO

A presente fase processual **examina o atendimento das determinações** plenárias exaradas nas Decisões n.ºs 3.369/2022 (e-DOC 1D2D0D2B-e, peça 13) e 5.152/2022 (e-DOC 2B49993A-e, peça 33), vazadas nos seguintes termos:

Decisão n.º 3369/2022

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do documento intitulado ‘Reclamação’ (e-DOC B04109ABc, peça 4) como representação, por cumprir os requisitos exigidos pelo art. 230, §§ 1º e 2º do RI/TCDF; II – orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de que esta Corte de Contas entende razoável a adoção de atos administrativos que formalizem a convocação de todos os candidatos aprovados em 1ª Fase para a realização de um novo curso de formação, devendo ser produzido resultado final específico relativo ao referido curso, resultado esse que não poderá interferir ou se comunicar com o do concurso já homologado (excetuando-se as situações alcançadas por decisões judiciais específicas), observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária para tal consolidação, além do disposto no art. 37, inciso IV, da Constituição Federal; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal as providências adotadas em relação ao novel Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016, tendo em vista as controvérsias já suscitadas no caso concreto; IV – esclarecer ao signatário da representação que a competência final para deliberar sobre concurso público no âmbito administrativo pertence a esta Corte de Contas e não à Procuradoria-Geral do distrito Federal - PGDF. Tal atribuição, não é demais destacar, advém do próprio texto constitucional e, por paralelismo, da Lei Orgânica do Distrito Federal; V – autorizar: a) o envio da Informação nº 110/2022 - DIFIPE3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, bem como à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 152, VI, do RI/TCDF”

Decisão n.º 5.152/2022

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da documentação carreada aos autos; II – considerar não cumprida a Decisão n.º 3.369/2022 (eDOC 1D2D0D2B-e, Peça nº 13), haja vista o parecer da PGDF e a recomendação do MPDFT não terem o condão de afastar deliberação desta Corte de Contas e por não vincularem a atuação deste TCDF; III – reiterar a Decisão n.º 3.369/2022 (e-DOC 1D2D0D2B-e, Peça nº 13), concedendo, desta feita, o prazo de 5 (cinco) dias para a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF dar cumprimento ao decisum, notificando esta Corte de Contas sobre as medidas alvitadas; IV – autorizar: a) o envio do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, destinatária da deliberação exarada, e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, signatária da exordial; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 152, VI, do RI/TCDF.”

Atendendo ao último decisum, a PCDF encaminhou o Ofício n.º 1276/2022-PCDF/DGPC/ASS (e-DOC F31AD81C-c, peça 39 e anexos). Nas suas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

argumentações, elencou a adoção das providências no sentido de viabilizar o novo curso de formação. Alegou, todavia, a existência de dois obstáculos que impediram o prosseguimento do feito. O primeiro refere-se à *“inviabilidade jurídica indicada pela PGDF para ulmar a contratação do IADES, a fim de realizar o novo Curso de Formação”*. Já o segundo óbice diz respeito a insuficiência de recursos para custear as despesas do aludido curso, previstas em R\$ 3.318.858,45, pois o saldo orçamentário em dezembro de 2022 nos programas de Trabalho 06.128.8217.8517.0184⁷ e 28.846.0001.9106.0008⁸ era de R\$ 400.000,00.

A jurisdicionada encerra a manifestação requerendo esclarecimento desta Corte de Contas sobre o teor impositivo da deliberação, se *“efetivamente determina que a PCDF contrate a empresa organizadora para a realização de novo curso de formação para os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso, mas considerados eliminados por força da cláusula de barreira”*.

Analisando o feito, a unidade instrutiva considera a ausência de disponibilidade financeira uma questão maior, de forma a inviabilizar a convocação dos candidatos. Ao final, conclui que as providências adotadas pela PCDF, *“tencionando a formação de um novo curso de formação, bem como porque a Decisão n.º 3369/2022 não ensejou imposição nesse sentido, entende-se por pertinentes as justificativas apresentadas pela PCDF, afastada a possibilidade de inércia administrativa”*. Propõe, então, considerar cumpridas as Decisões n.ºs 3.369/2022 e 5.152/2022.

De sua parte, o MPJTCD diverge. Em seu opinativo, aponta que a limitação se referiu ao exercício de 2022. Logo, dado o princípio da anualidade orçamentária, a situação demanda esclarecimentos adicionais e propõe diligenciar o órgão jurisdicionado visando novos esclarecimentos sobre o *“interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação, bem como sobre a disponibilidade orçamentária para a sua realização em 2023 e acerca da validade do concurso”*.

Pois bem.

Ao compulsar os autos, entende-se plausíveis, em parte, as justificativas da PCDF. Explica-se.

Com efeito, indubitável a necessária observação do interesse público e da disponibilidade orçamentária para a consolidação das ações determinadas pelo plenário deste Tribunal. Neste ponto, assiste razão, em parte, à Sefipe/TCDF, ao afastar a possibilidade de inércia do jurisdicionado, haja vista as ações empreendidas no sentido de atender às mencionadas decisões.

Em outra banda, a questão arguida pelo órgão ministerial merece especial atenção. Isso porque o Quadro de Detalhamento da Despesa (e-DOC BFBC5394-c, peça 44) apresentado pela PCDF refere-se a dezembro de 2022. Desse modo, considerando já estarmos em outro ano, sob a vigência das normas orçamentárias do exercício de 2023, devem ser fornecidos novos esclarecimentos, contemplando informações atualizadas.

Portanto, em virtude das ações empreendidas pela PCDF, não se configura, neste momento, inércia total da administração. Todavia, diante da

⁷ O PT 06.128.8217.8517.0184 refere-se às despesas com manutenção de serviços administrativos gerais - Polícia Civil do DF - Banca Examinadora - Distrito Federal.

⁸ O PT 28.846.0001.9106.0008 refere-se às despesas com auxílio financeiro a candidato em curso de formação da Polícia Civil do Distrito Federal - Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00006452/2022-
41

necessidade de esclarecimentos adicionais, consideram-se parcialmente cumpridas as mencionadas deliberações.

Ante o exposto, em parcial harmonia com a Sefipe/TCDF e acolhendo a divergência ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. conheça do Ofício n.º 1276/2022 - PCDF/DGPC/ASS (e-DOC F31AD81C-c, peça 39 e anexos), encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;
- II. considere parcialmente cumpridas as Decisões n.ºs 3.369/2022 (e-DOC 1D2D0D2B-e, peça 13) e 5.152/2022 (e-DOC 2B49993A-e, peça 33);
- III. determine à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 15 (quize) dias, preste esclarecimentos adicionais sobre:
 - a) o interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação; e
 - b) a disponibilidade orçamentária para a realização do novo curso de formação em 2023 e acerca da validade do concurso;
- IV. autorize:
 - a) o envio da decisão que vier a ser proferida à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, destinatária da deliberação exarada e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, signatária da exordial; e
 - b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências de praxe.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator